

anal.

ANCX

Férias e turno serão revistos, anuncia Albano

Aracaju — O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), revelou ontem em Aracaju que seu partido vai rever, no segundo turno das votações na Constituinte, algumas decisões sobre direitos trabalhistas aprovadas recentemente, como a jornada de trabalho de seis horas e adicional de férias.

— O PMDB quer evitar que o país fique inviabilizado economicamente — afirmou Albano Franco, acrescentando que a posição do partido, de rever essas questões, foi-lhe transmitida pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Má-

rio Covas, depois de ouvir ponderações dos pequenos e médios empresários, segundo os quais, se mantidas essas decisões, teriam suas empresas inviabilizadas, o que resultaria no fechamento de seus negócios.

A revisão de algumas dessas decisões pelo PMDB, segundo o presidente da CNI, servirá ainda para quebrar a desconfiança dos investidores internacionais, temerosos de aplicação no país, devido à incerteza que cercam o futuro da economia nacional. Na opinião de Albano, o Brasil precisa de investidores e não pode jogar oportunidades fora.

Centrão quer evitar impasse

A posição do Centrão na semana passada serviu de alerta às esquerdas no sentido de que a radicalização não leva a coisa nenhuma além de colocar o País no impasse. Se isso se repetisse em relação à maioria, o clima poderia ser ainda mais grave. O comentário foi feito ontem pelo deputado Ricardo Flúza, indicado, agora oficialmente, como coordenador-geral do Centrão, que está certo da impossibilidade do seu grupo repetir as votações feitas no capítulo social, quando acabaram aprovando medidas mais avançadas do que o esperado.

Flúza fez diferentes reuniões nos últimos dias com as lideranças principais do Centrão, concluindo que todos agirão agora para tentar convencer os integrantes do grupo sobre diferentes assuntos que entrarão em pauta. Todavia, reconheceu que não dá para coagir ninguém, mas neste caso, acha que cada

um assumirá a sua responsabilidade.

O Centrão, na opinião de seu coordenador, tem um papel extremamente importante na transição e com a realidade prática. Deste modo, disse, ninguém desconhece que o avanço social é melhor para o trabalhador, "só que algumas concessões foram exageradas para o momento atual da economia brasileira".

Numa das reuniões, os centristas acabaram convencidos de que a aparente imposição do Centrão ocorreu por causa da campanha da CUT, que deixou os parlamentares com medo de ser hostilizados por suas bases. Isso, disse Flúza, condicionou o comportamento, que excedeu ao bom senso. Mas ele acha que com os grupos de debates e a maior participação, facilmente se repetirá a desagregação da última semana.

Delfim diz que alvo de Sarney é o PMDB

Da Sucursal

São Paulo — O deputado Delfim Neto disse ontem, no seu escritório em São Paulo, que o presidente Sarney está equivocando quando ataca a Constituinte, entre outros motivos porque as críticas do Presidente, no fundo, são dirigidas ao PMDB. "Ele não devia se referir à Constituinte. Devia se referir claramente ao PMDB, e se não está satisfeito, tocar na rua esse entulho democrático que o PMDB deixou no governo", disse o ex-ministro.

Segundo Delfim, o Presidente tem sido criticado no Congresso mas esse não seria um comportamento sequer inadequado. "No Congresso todo mundo é criticado. O problema do Presidente é que ele não tem ninguém que o defenda".

Segundo Delfim, o PMDB é o partido que está no Governo, mas não apoia o Governo. Essa aberração é que estaria produzindo os atritos e as crises agravados nos últimos dias.

Delfim acha ridículo se falar em golpe da Constituinte: "A Constituinte é um poder desarmado. Ela não dá golpe em ninguém".

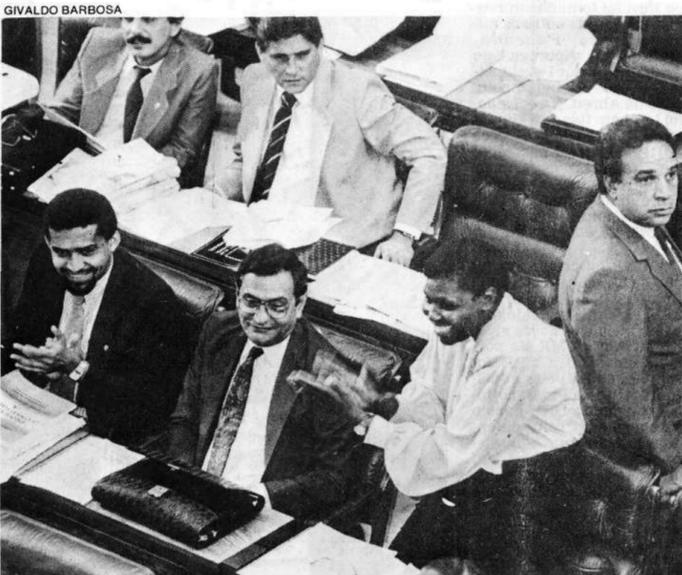
O deputado disse ainda que não faz sentido voltar a se falar em golpe e muito menos numa suposta ameaça a Leonel Brizola: "Essa história de colocar o engenheiro Brizola como fator a favor ou contra as eleições é uma grande tolice".

"Mais cedo ou mais tarde, o País vai ter que fazer um acordo de contas com Brizola. Um acordo de contas nas urnas, porque ele será derrotado. O dr. Brizola é parte da Nação brasileira. E parte desse processo democrático. Se for o caso, na pior das hipóteses, mesmo que vença as eleições, vai ser metabolizado por esse processo democrático".

Delfim pergunta: "Ele vai destruir o Brasil? Claro que não, mesmo porque não é esse o seu objetivo. Se ele quiser fazer isso, nós não vamos deixar. A democracia não vai deixar".

Aprovados direitos das domésticas

Emenda de Bené garante salário mínimo, repouso, férias e o 13º



Benedita da Silva e Edmilson Valentim aplaudiram o voto pelos domésticos

Direito de greve traz a polêmica de volta

Apesar de a maioria dos líderes de partidos e grupos da Constituinte fazer coro com o presidente Ulysses Guimarães quanto à necessidade de apressar as votações em plenário, até o final da tarde de ontem não estava fechado acordo em torno dos polêmicos direitos de greve e organização sindical, cuja votação deve ocorrer hoje. A reunião do presidente da Constituinte com os líderes, (ver página 4) porém, pode dar novo rumo às negociações, que têm sido, nos últimos dias, o combustível responsável pelo andamento rápido dos trabalhos.

A partir de hoje voltarão a acontecer reuniões diárias na liderança do PMDB na Constituinte, a exemplo das que eram feitas durante o funcionamento da Comissão de Sistematização. As diversas tendências conversarão sempre pela manhã, a fim de examinar os temas que trarão na pauta da tarde, procurar o entendimento e selar acordos. Mesmo assim, a negociação feita no próprio plenário, momentos antes da votação de cada assunto, certamente continuará a existir.

Os primeiros temas que poderão ser fechados — ou não — nesse novo contexto são justamente os polêmicos direitos de greve e organização sindical, este último centrado na discussão sobre a unicidade ou a pluralidade. "Até o último mo-

mento poderemos nos acertar", lembrou o deputado José Lins (PFL/CE), do Centrão. Já o vice-líder do PMDB, deputado Euclides Scalco (PR), ressaltou que: "estamos cansados de ver: não se vota o que não tem acordo". Na questão da organização sindical, que aparece primeiro no texto, Scalco aposta em uma fusão de emendas para permitir o entendimento. "São emendas de 15 autores diferentes, prevendo a unicidade de tanto para os trabalhadores como para os patrões. Basicamente, só o PT, que é pela pluralidade sindical, não deve fechar com essa ideia", arriscou.

O deputado Luis Roberto Ponte (PMDB/RS), negociador do Centrão, por sua vez, informou que a ideia é um pouco mais complexa e prevê a decisão pelo voto dos 559 constituintes. "Faremos fusões de emendas sobre cada uma das tendências, deixando-as separadas em dois blocos. Votaremos um e depois o outro. A maioria do plenário decidirá qual princípio estará na nova Constituição", explicou Ponte, contudo, ressaltou que "esta é apenas uma ideia que será desenvolvida".

GREVE

Na questão do direito de greve, que encerra o Capítulo II do Título II, a definição de um acordo está mais próxima. O deputa-

do Euclides Scalco lembrou que "existe uma tendência de se dividir entre Governo e sindicatos a obrigação de manter em funcionamento os serviços essenciais, no caso de greve" o que contraria o texto aprovado na Comissão de Sistematização. Assim, o direito de greve em qualquer setor seria aprovado. Novamente Luis Roberto Ponte disse ser mais complexa a proposta em discussão. "Para o Centrão, a lei deve definir o direito de greve também nos serviços essenciais, mas a greve não pode ser livre. Temos que criar um mecanismo que obrigue o esgotamento de uma fase de negociação, antes de ser deflagrado qualquer movimento", apontou.

Esgotada essa fase de votações, tanto os líderes do Centrão como os do PMDB esperam momentos de menos polêmica na Constituinte e, conseqüentemente, de mais rapidez no processo. No Capítulo II do Título II não existem pontos de conflito entre os diversos grupos, assim como no Título III. "Ainda não começamos a negociação do capítulo III do Título II, mas tudo será tranquilo" previu Ponte. "Resolveremos rapidamente os Títulos II e III. Problemas, agora, só no Título IV, que trata do sistema de governo e da duração do mandato presidencial em geral", afirmou José Lins.

A VEZ DAS DOMÉSTICAS

A NOVA CARTA

A categoria dos trabalhadores domésticos não só é reconhecida como passa a ter direitos a férias anuais, 13º salário, salário mínimo, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, Previdência Social (incluindo aposentadoria), repouso semanal remunerado e irredutibilidade do salário ou vencimento.

A LEI HOJE

Os trabalhadores domésticos não são reconhecidos em lei. Portanto, não têm qualquer direito, ficando a categoria dependendo da boa vontade dos patrões, que quase sempre desconhecem até mesmo o salário mínimo.

NA SISTEMATIZAÇÃO

Texto idêntico ao aprovado ontem pelo plenário, através de acordo que viabilizou emenda da deputada Benedita da Silva

(PT-RJ) com alguns dispositivos a menos pretendidos pelos progressistas (veja abaixo).

NO CENTRÃO

O grupo apenas reconhecia a categoria. Quanto aos direitos, remetia-os à legislação ordinária, onde certamente seriam prejudicados pela exigência de apoio de dois terços da Câmara dos Deputados.

PROGRESSISTAS

Defendiam a emenda da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que além do aprovado dava aos trabalhadores domésticos os direitos à jornada de oito horas por dia, licença-maternidade de 120 dias e horas extras com remuneração superior à das horas normais em pelo menos 50 por cento. Tentarão reaver esses direitos através da difícil aprovação de leis ordinárias.

Os trabalhadores domésticos a partir de agora terão direito a salário mínimo, repouso semanal remunerado, décimo terceiro salário, férias com adicional de 30 por cento, aviso prévio, aposentadoria, irredutibilidade do salário e integração à previdência social. O dispositivo que garantiu todos estes direitos, uma proposta da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), foi a única emenda aprovada na sessão de ontem à tarde, por quase unanimidade de votos — 361 a 3.

A aprovação da proposta pode ser considerada uma vitória pessoal de Bené, como a deputada é mais conhecida. Ela vem lutando desde a fase das subcomissões para incluir no texto constitucional a extensão de vários dos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores domésticos, e ontem fez questão de subir à tribuna para defender pessoalmente a emenda.

Quando Bené começou seu discurso, no entanto, a vitória da proposta já estava garantida. No acordo selado pela manhã, Bené concordara em "suavizar" o texto da sua emenda, retirando dela a garantia da jornada de trabalho de 44 horas semanais, adicional de hora extra e licença gestante de 120 dias para as

domésticas. Isso viabilizou a aprovação do texto, idêntico ao que havia sido aprovado pela Sistematização. O texto do Centrão remetia todos os direitos dos trabalhadores domésticos para a lei ordinária.

— Minha proposta é uma emenda simplesmente humana do ponto de vista das relações capital/trabalho — defendeu Bené, da tribuna, afirmando que pretendia continuar sua luta para conseguir, na legislação ordinária, fixar limites para a jornada de trabalho das domésticas, garantir a re-

muneração superior pela hora extra e a licença gestante. "Nada mais natural que garantir estes direitos também aos empregados domésticos", disse Benedita, muito aplaudida.

Apesar dos acordos fechados durante todo o final de semana, os constituintes votaram ontem. A sessão começou às 14 horas, como previsto, mas a votação só teve início por volta das 16h30, quando terminou a reunião do presidente Ulysses Guimarães com as lideranças partidárias. As 19 horas, logo após a aprovação da proposta de Bené, os constituintes saíram do plenário para impedir a votação dos artigos que tratam da organização sindical, sobre os quais ainda não há acordo.

O esvaziamento prejudicou a votação da proposta que estende o acesso à previdência social, com direitos iguais aos trabalhadores urbanos, ao produtor rural, ao garimpeiro e ao pescador artesanal. A emenda, dos deputados Vicente Bogo (PMDB-RS) e Ottomar Pinto (PTB-RR), não recebeu o mínimo de 280 votos para validar a votação, mas hoje ela deve ser aprovada com facilidade. Logo após a votação desta proposta, entrará em pauta as matérias sobre organização sindical.

Como ficou

TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS
Art. 7º — São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
§ 3º — Os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos III, IX, X, XII, XV, XVII, XX e XXII serão disciplinados em lei, que os adaptará às peculiaridades de sua atividade.
§ 4º — São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XIV, XVI, XVIII e XXI, bem como a integração à previdência social.

COMO A CONSTITUINTE VOTOU

Art. 7º, § 3º — Prejudicada, por 253 votos a favor e 94 contra, fusão de emendas dos constituintes Mário Covas (PMDB-SP), Bonifácio de Andrade (PDS-MG) e Afif Domingos (PL-SP), que pretendia retirar a jornada de trabalho da lista de direitos dos trabalhadores rurais remetidos para a legislação ordinária.

— Rejeitada, por 225 votos contra e 126 votos a favor, destaque do deputado Paulo Paim (PT-RS) para suprimir o dispositivo que remete alguns dos direitos dos trabalhadores rurais para a legislação ordinária. Com a supressão deste parágrafo, todos os trabalhadores — rurais e urbanos — teriam assegurada a igualdade de direitos.

Art. 7º, § 4º — Aprovada, por 361 votos a 3, emenda da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) para estender aos trabalhadores domésticos uma série de direitos garantidos aos trabalhadores urbanos, como salário mínimo, aviso prévio e férias

com adicional de 30 por cento, entre outros.

EMENDAS ADITIVAS DE PARÁGRAFO

— Rejeitada, por 423 votos a 104, proposta do deputado Lysianeas Maciel (PDT-RJ) para reajustar o salário mínimo sempre que houver aumento dos subsídios dos membros do Legislativo.

— Rejeitada, por 244 votos a 116, emenda do deputado Amaury Müller (PDT-RS) que pretendia garantir que os direitos sociais expressos nesta Constituição não excluam os já assegurados aos trabalhadores pelas leis em vigor.

— Rejeitada, por 213 votos a 147, emenda do senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE) para permitir ao trabalhador demitido sem justa causa optar pela reintegração ao trabalho ao invés da indenização.

Carta não iguala os rurais

Os direitos dos trabalhadores rurais voltaram a ser discutidos ontem pela Assembleia Constituinte embora o Caput do artigo 7º, aprovado na semana passada, tenha retirado do texto a discriminação entre trabalhador urbano e rural. A discussão foi travada no parágrafo 3º do artigo 8º, em meio a protestos de alguns constituintes, que alertavam o plenário sobre a redundância da votação. Desta maneira, conquistas como o pagamento de hora extra no mínimo superior em 50 por cento à hora normal; a licença gestante; o FGTS e o adicional de insalubridade, passam no caso dos trabalhadores rurais, a ser objetos de discussão na legislação ordinária.

O parágrafo 3º do artigo 8º ficou com a redação apresentada pelo substitutivo do Centrão, devido a retirada do destaque para votação em separado feito pelo senador Mário Covas. O senador desistiu do destaque para cumprir a um acordo prévio entre a lide-

rança do PMDB e o Centrão, que se comprometeu a retirar do texto, no segundo turno de votação, o inciso XII, que trata da jornada de trabalho. A aprovação do substitutivo do Centrão também foi beneficiado pela rejeição da emenda supressiva de todo parágrafo proposto pelo deputado Paulo Paim (PT-RS).

O texto aprovado diz que "os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos III, IX, X, XII, XV, XVII, XX e XXII serão disciplinados em lei, que os adaptará às peculiaridades de sua atividade."

Em uma outra etapa dos trabalhos, a Constituinte rejeitou cinco emendas aditivas de parágrafo. Uma delas, de autoria do deputado Lysianeas Maciel (PDT-RJ), dispunha sobre o salário mínimo, que segundo o atendimento do deputado deveria ser reajustado todas as vezes que ocorresse aumento do subsídio dos membros do Poder Legislativo federal. A emenda

foi rejeitada por 243 votos contra 104, tendo recebido 18 abstenções. Uma outra, de autoria do deputado César Cals Neto (PDS-CE), não chegou sequer a ser apreciada pelo plenário, devido à ausência de seu autor nos trabalhos da Casa.

O plenário rejeitou ainda a emenda do deputado Cid Sabóia de Carvalho, que propunha a definição pela legislação ordinária da indenização a ser paga ao trabalhador, quando despedido injustamente. A emenda foi rejeitada por falta de quorum qualificado, tendo recebido 213 NÃO, contra 147 SIM. O deputado Amaury Müller também não conseguiu votos suficientes para a aprovação de sua emenda que dispunha que "os direitos sociais expressos nesta Constituição não excluam aqueles já assegurados aos trabalhadores pelas leis em vigor". A emenda também foi rejeitada por falta de quorum qualificado.

PLENÁRIO

Deputados só falam em concluir Carta

Enquanto o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, discutia com as lideranças partidárias uma forma de agilizar os trabalhos de votação do texto constitucional, no plenário os oradores eram beneficiados pela liberalidade da Mesa e se pronunciavam sobre os mais diversos temas. O horário do pequeno expediente (pinga-fogo) durou uma hora e meia e o de comunicações de lideranças 45 minutos, até que Ulysses Guimarães chegasse para anunciar as novas medidas aceleradoras da votação. "Queremos uma Constituinte BB, boa e breve", afirmava ele antes de assumir a presidência dos trabalhos.



Milhomem

Durante o pinga-fogo, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) apoiou a proposta de aceleração dos trabalhos, até para estabelecer uma definição dos "rumos da Nação". Lembrou, no entanto, que "estamos fundindo o bronze legal, tudo deve ser feito com muita cautela, clarividência e sabedoria, para não necessitar de reformas mais tarde".

Sobre a mesma questão, o deputado Florestan Fernandes (PT/SP) se mostrou preocupado, lembrando que a pressão na votação do texto da Comissão de Sistematização "levou a cortes que tiveram um peso negativo inestimável". Para ele, a aceleração dos trabalhos de votac-ao, como comprovação de eficiência e decisão sobre as diversas matérias, não vai levar a "derrubada de ninguém".

Mais de vinte oradores ocuparam a tribuna antes que começasse a votação do texto constitucional, por volta das 16h30. Além da aceleração dos trabalhos, o tema que mais ocupou os constituintes foi o conjunto de críticas do Executivo à Assembleia. O PMDB respondeu ao presidente Sarney, e à sua ameaça de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para assegurar seis anos de mandato, através do pronunciamento de seu vice-líder, deputado Nelson Jobim (RS).

Também as greves que explodem pelo País foram temas de discursos. O deputado Cumerindo Milhomem (PT/SP) até levou para a tribuna a cápsula de uma bomba como prova de repressão sofrida pelos funcionários públicos e professores de São Paulo, durante passeata.